

Em 2022, o Setor Público Consolidado apresentou superávit estrutural de 0,71% do PIB

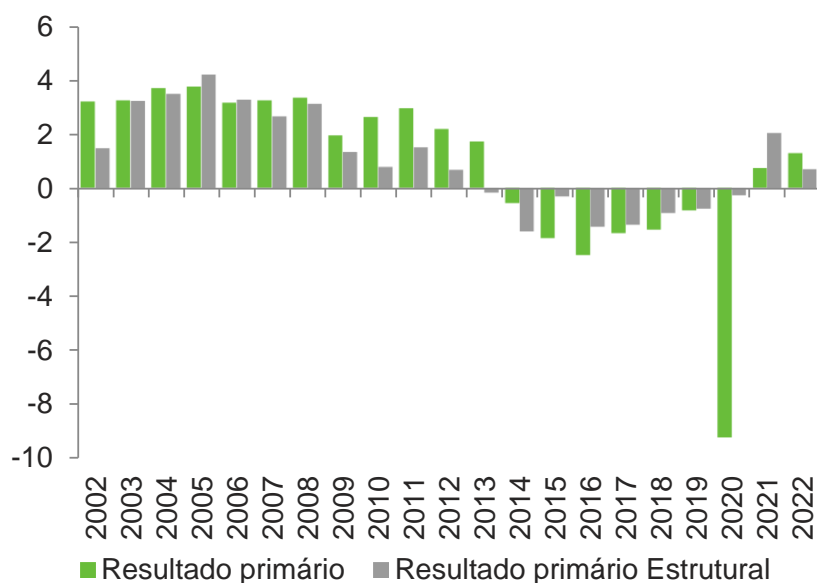
As contas públicas são afetadas pelo ciclo econômico, bem como por eventos não recorrentes que impactam diretamente o nível financeiro, mas que não representam uma mudança na posição fiscal do país. Por exemplo, no ano passado, o preço do barril de petróleo, por conta da Guerra no Leste Europeu, atingiu suas máximas em muitos anos. A consequência foi a elevação das receitas do Governo Central: os Dividendos da Petrobras adicionaram aos cofres públicos R\$ 58,8 bilhões em 2022, maior volume da série histórica iniciada em 1997. Veja que essas oscilações são temporárias, embora ajudaram o Governo Central a chegar ao primeiro superávit primário (0,56% do PIB) desde 2013.

Pela necessidade de se calcular o resultado primário livre de eventos não recorrentes e de efeitos cíclicos da atividade econômica, a Secretaria de Política Econômica (SPE) propôs uma metodologia de mensuração do Resultado Fiscal Estrutural (RFE). Esse indicador é divulgado anualmente e procura decompor o resultado primário do Setor Público Consolidado em três componentes: estrutural, cíclico e não recorrente.

Em 2022, o Resultado Primário do Setor Público Consolidado foi de 1,28% do PIB (R\$ 126,0 bilhões). Desse valor, 0,57 p.p. foram por razões econômicas temporárias e/ou oscilatórias: -0,18 p.p. devido ao componente cíclico e 0,75 p.p. de responsabilidade de eventos não recorrentes. Portanto, excluindo esses efeitos, o Setor Público Consolidado deveria ter sido superavitário em 0,71% do PIB. Esse é o segundo ano consecutivo em que o Setor Público apresenta superávit estrutural. Contudo, desde 2017 é possível observar uma contração, ano após ano, do déficit (-1,35% em 2017, -0,91% em 2018, -0,75% em 2019 e -0,25% em 2020). No entanto, mesmo com o resultado positivo, se comparado a 2021, quando o superávit estrutural foi de 2,1% do PIB, houve deterioração do quadro fiscal.

Resultado Primário do Setor Público Consolidado Estrutural vs. Convencional

(Em % do PIB)



Fonte: Secretaria de política econômica/ Ministério da Fazenda. Elaboração: UEE/FIERGS.

O Resultado Primário Estrutural também é decomposto conforme a esfera de Governo que constitui o Setor Público Consolidado: Governo Central, Regional (estados e municípios) e Empresas Estatais. Em 2022, o número positivo do Setor Público decorreu, sobremaneira, aos Entes Subnacionais que obtiveram resultado estrutural superavitário em 0,7% do PIB. O Governo Central, por sua vez, foi estruturalmente deficitário em 0,1% do PIB, enquanto seu resultado sem a exclusão dos eventos cíclicos e transitórios foi superavitário em 0,6% do PIB. Portanto, o primeiro superávit após nove anos de déficit fiscal nas contas do Governo Central foi resultado de eventos transitórios, devido à, por exemplo, elevação dos preços do barril de petróleo e aos altos níveis de inflação.

Resultado primário estrutural por esfera de governo

(Em % do PIB)

	Setor Público		Governo Central		Estados e Municípios	
	Resultado primário	Resultado estrutural	Resultado primário	Resultado estrutural	Resultado primário	Resultado estrutural
2010	2,62	0,79	2,03	0,34	0,53	0,39
2011	2,94	1,52	2,13	0,96	0,75	0,50
2012	2,18	0,69	1,79	0,56	0,45	0,18
2013	1,71	-0,15	1,41	-0,17	0,31	0,03
2014	-0,56	-1,60	-0,35	-1,23	-0,13	-0,29
2015	-1,86	-0,29	-1,95	-0,74	0,16	0,52
2016	-2,48	-1,42	-2,54	-2,05	0,07	0,65
2017	-1,68	-1,35	-1,80	-2,04	0,11	0,69
2018	-1,55	-0,91	-1,66	-1,40	0,05	0,43
2019	-0,84	-0,75	-1,20	-1,34	0,21	0,43
2020	-9,24	-0,25	-9,79	-0,55	0,51	0,26
2021	0,73	2,05	-0,40	0,76	1,10	1,26
2022	1,28	0,71	0,56	-0,05	0,66	0,70

Fonte: Secretaria de política econômica/ Ministério da Fazenda. Elaboração: UEE/FIERGS.

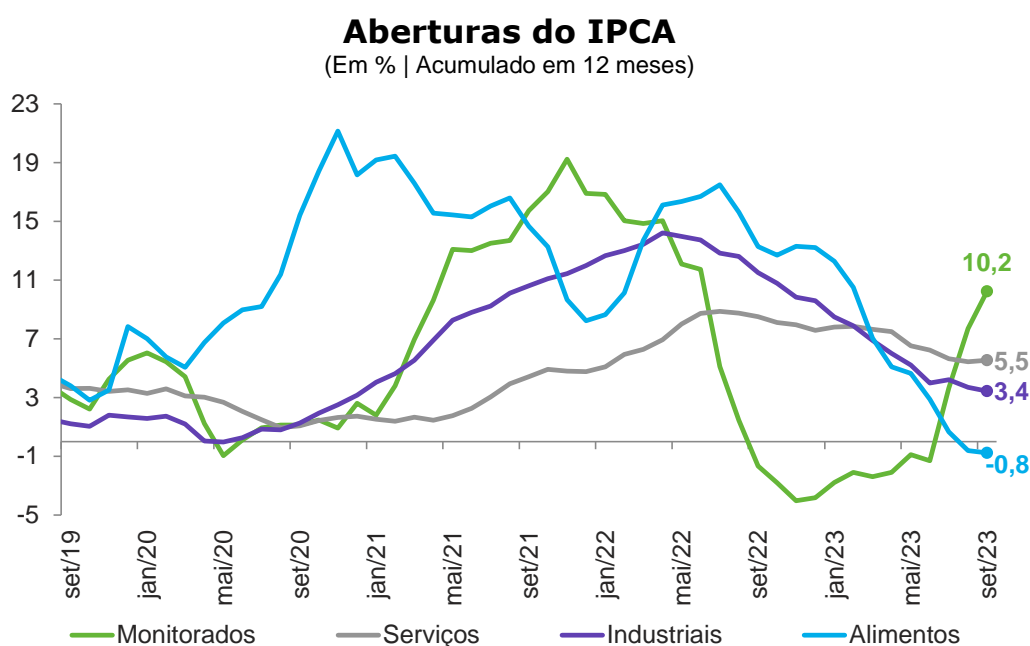
Para a próxima divulgação no ano que vem, é esperado que o resultado estrutural se torne ainda menor, adentrando em território deficitário. Pela ótica das receitas, em 2023, observamos a

queda da arrecadação, motivado pela queda dos preços das commodities, da retração da atividade na Indústria de Transformação e decisões de redução de alíquotas de impostos de competência regional e federal. Essas decisões são permanentes e pouco tem a ver com o ciclo econômico ou medidas extraordinárias. Do lado das despesas, o ano foi intensivo em expansão fiscal, com gastos permanentes sendo deliberados ao longo dos meses, como é o caso dos reajustes dos servidores e expansão dos benefícios sociais.

IPCA avança 0,26% em setembro, mas fica abaixo do consenso de mercado

Na passagem de agosto para setembro, o IPCA avançou 0,26%, abaixo do consenso de mercado (0,35%), mas acima do observado no mês anterior (0,23% em agosto ante julho). No acumulado em 12 meses, a inflação alcançou 5,2%, acelerando com relação ao mês de agosto devido à saída da deflação do mês de set/22 (-0,29%). No ano, o IPCA já acumula alta de 3,50%, acima do centro da meta de 3,25%.

Com relação às aberturas da inflação acompanhadas pelo Banco Central, houve deflação em Alimentos (-1,02%) – pelo quarto mês consecutivo, acumulando queda no ano de 2,8% – e de Bens industriais (-0,19%). Com relação a esse último, as retrações nos preços para o mês de setembro não são comuns, aparecendo pela última vez em 2016. O número foi resultado da queda dos itens de Higiene pessoal (-0,66%), Automóvel usado (-0,58%), Aparelho telefônico (-0,64%) e Refrigerador (-1,39%). Por outro lado, houve aceleração dos preços de Serviços, elevando em 0,50% em setembro ante 0,08% do mês anterior. O aumento é resultado das oscilações de preços das Passagens aéreas (+13,47%) e Serviços pessoais (+0,47%).



Fonte: Banco Central. Elaboração: UEE/FIERGS.

Com relação aos grupos, 12 dos 19 que compõem o IPCA apresentaram avanço no mês. Os

maiores impactos positivos ficaram por conta de Transportes (+1,4%) – resultado do aumento dos preços dos combustíveis e veículos próprios (devido ao programa de redução dos preços dos carros populares) – Combustíveis e energia (+0,79%) e Serviços de saúde (+0,63%). Por outro lado, os impactos negativos vieram de Alimentação no domicílio (-1,02%) – devido à queda de itens como Carnes (-2,10%), Leite e derivados (-2,17%) e de Tubérculos, raízes e legumes (-3,78%) – e de Cuidados pessoais (-0,66%).

O destaque na leitura do mês foi a queda do índice de difusão, responsável por mostrar a proporção de itens que tiveram elevação de preços no período: de 53,05% em agosto para 42,71% em setembro – o menor número desde julho de 2017. Quanto aos núcleos de inflação, houve continuidade do processo de descompressão, com queda no acumulado em 12 meses para 5,1% em setembro, ante 5,4% em agosto. Foi o décimo terceiro mês com quedas consecutivas, no entanto, ainda encontra-se acima da banda superior da meta de inflação para 2023 (4,75%).

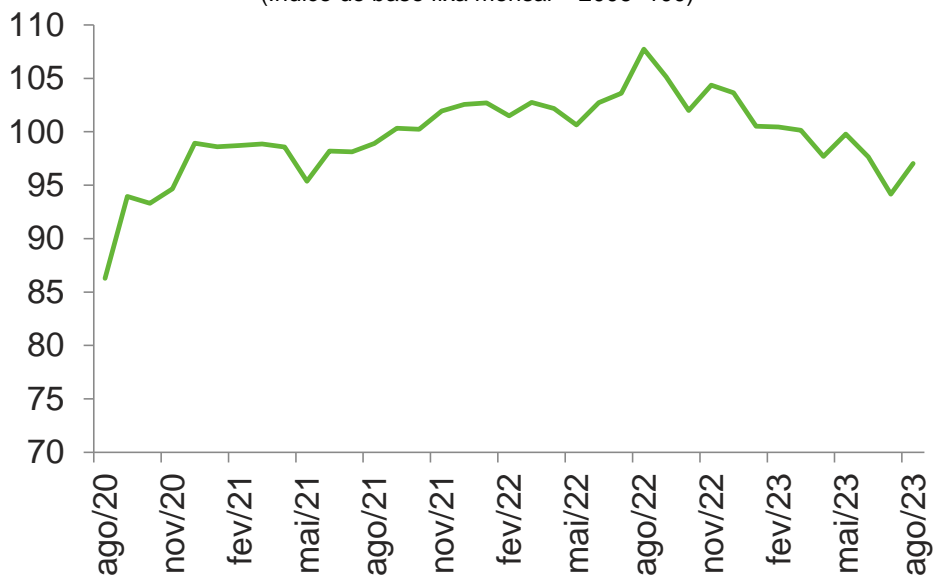
Sobre o cenário inflacionário, há forças agindo em ambas direções. Do lado baixista, com o patamar dos reservatórios em níveis elevados, a tendência é que seja mantido a bandeira verde para a energia elétrica. Além disso, os preços dos Bens industriais também devem arrefecer, em especial pela normalização das cadeias de produção. Pelo lado altista, a escala das tensões no Oriente Médio tem pressionado os preços do petróleo, o que poderá reverberar em aumento de preços de combustíveis. Outra fonte de incerteza é quanto à possibilidade de um El Niño mais intenso, que também pode vir a impactar nos preços dos alimentos. Em nosso cenário, dado as últimas leituras, acreditamos que o IPCA encerre 2023 em 4,7% e chegue a 4,1% no ano de 2024.

Atividade industrial gaúcha voltou a crescer em agosto, mas registra forte queda no ano

Após dois meses de queda, o Índice de Desempenho Industrial gaúcho (IDI/RS) cresceu 3,0% em agosto na comparação ajustada sazonalmente com julho. Nos últimos doze meses, essa foi apenas a terceira alta na margem, registrando ainda oito quedas e uma estabilidade. Com isso, o IDI/RS estava, em agosto de 2023, 9,9% abaixo de agosto de 2022, mês que antecedeu o ciclo negativo em curso. Em relação ao nível pré-pandemia, a comparação ainda é positiva, de 4,5%, mas eram 16,0% em agosto do ano passado.

Índice de desempenho industrial (IDI-RS)

(Índice de base fixa mensal – 2006=100)



Fonte: UEE/FIERGS.

O IDI/RS mede o nível de atividade da indústria gaúcha com base em seis variáveis, sendo que apenas o emprego registrou queda em agosto, de 0,2% relação a julho com ajuste sazonal. A última alta do emprego foi em abril. As demais cresceram, com destaque para o faturamento real (+4,5%) e as compras industriais (+5,4%). A indústria gaúcha também aumentou as horas trabalhadas na produção, em 1,1%, a utilização da capacidade instalada (UCI), em 1,0 p.p. (de 77,3% para 78,3%), e a massa salarial real (+0,2%).

Considerando as variações interanuais, o quadro segue predominantemente negativo tanto na comparação com o agosto quanto no acumulado do ano. Em relação ao mesmo mês de 2022, a atividade industrial gaúcha recuou pela oitava vez seguida, de -9,5% em agosto de 2023, que, mesmo contando com a mesma quantidade de dias úteis, foi a taxa mais baixa do ano. Assim, a queda no ano acelerou para -4,4% em agosto (-3,6% até julho) na comparação com os oito primeiros meses de 2022.

Na abertura por componentes do IDI/RS, à exceção da massa salarial real (+5,2%) e do emprego (+0,1%), que, apesar das desacelerações, ainda se mantêm no campo positivo, os demais integrantes contribuíram para o resultado negativo, na comparação entre os primeiros oito meses de 2023 e o período equivalente de 2022: compras industriais (-13,0%), faturamento real (-5,3%), UCI (-3,2 p.p.) e as horas trabalhadas na produção (-2,2%).

Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul – Agosto de 2023

	Variação %		
	Mês anterior*	Mês ano anterior	Ac. ano
Índice de desempenho industrial	3,0	-9,5	-4,4
Faturamento real	4,5	-10,5	-5,3
Horas Trabalhadas na produção	1,1	-7,4	-2,2
Emprego	-0,2	-1,9	0,1
Massa salarial real	0,2	0,6	5,2
UCI (em p.p.)	1,0	-4,0	-3,2
Compras Industriais	5,4	-23,8	-13,0

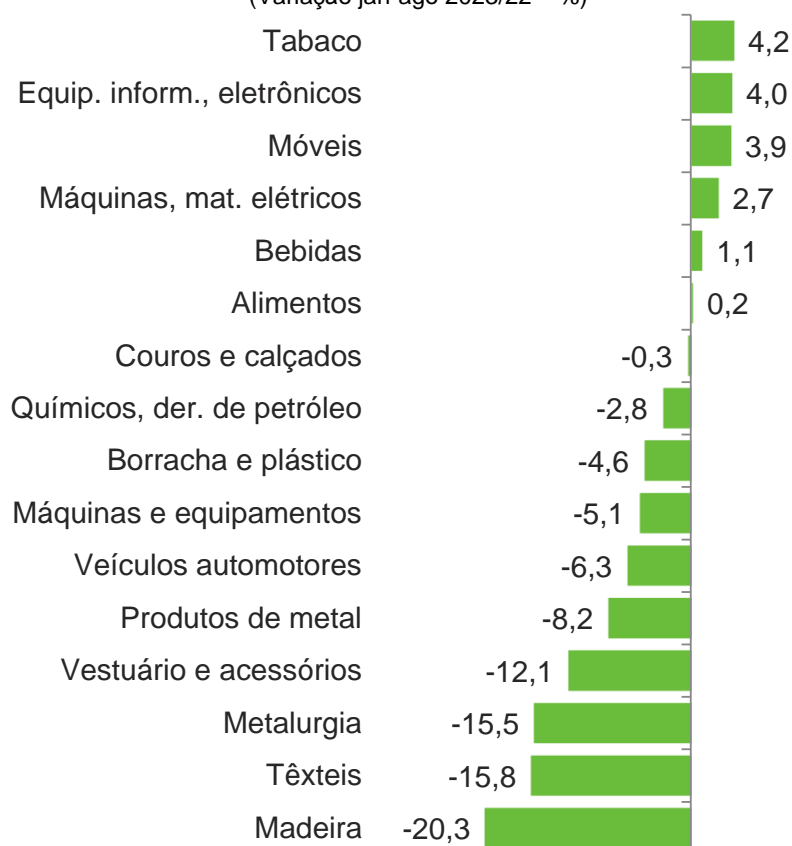
* Série dessazonalizada

Fonte: UEE/FIERGS.

As taxas negativas também são maioria na abertura por setores: 10 dos 16 pesquisados na comparação entre janeiro e agosto de 2023 e 2022. As quedas de Veículos automotores (-6,3%), Máquinas e equipamentos (-5,1%) e Produtos de metal (-8,2%) forneceram as principais influências negativas. As altas mais relevantes vieram de Móveis (+3,9%), Tabaco (+4,2%) e Equipamentos de informática e eletrônicos (+4,0%).

Índice de desempenho industrial do RS – Setorial

(Variação jan-ago 2023/22 – %)



Fonte: UEE/FIERGS.

Os resultados positivos dos Indicadores Industriais do RS na margem em agosto (em relação a julho) sugerem uma acomodação, comportamento esperado após duas quedas seguidas em uma trajetória volátil. As comparações mais longas, que anulam as oscilações mensais, mostram, contudo, que o setor continuou sua fase recessiva, com perdas ainda mais intensas na comparação com 2022. A principal causa é a demanda interna insuficiente, sobretudo, à queda dos investimentos, resultado dos elevados níveis de incerteza econômica, da política monetária ainda contracionista, apesar do ciclo de cortes iniciado em agosto, e dos baixos patamares de confiança.

Nesse cenário, a atividade industrial gaúcha ainda não mostrou sinais de que possa reverter a tendência negativa e recuperar, ou até mesmo desacelerar, as perdas, perspectiva que ficou ainda mais improvável com eventos climáticos críticos que atingem o estado e devem aparecer nas estatísticas nos próximos meses.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

	2019	2020	2021	2022	2023*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	0,4	4,2	0,3	-1,7	13,2
Indústria	-0,7	-3,0	4,8	1,6	1,3
Serviços	1,5	-3,7	5,2	4,2	2,4
Total	1,2	-3,3	5,0	2,9	3,0
Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)					
Em R\$	7,389	7,610	8,899	9,915	10,693
Em US\$ ²	1,873	1,476	1,649	1,920	2,137
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	7,3	23,1	17,8	5,5	-3,7
INPC	4,5	5,4	10,2	5,9	3,9
IPCA	4,3	4,5	10,1	5,8	4,7
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	-9,7	-3,4	1,0	-3,2	4,6
Transformação	0,2	-4,6	4,3	-0,4	0,0
Indústria Total³	-1,1	-4,5	3,9	-0,7	0,5
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	13	37	146	64	35
Indústria	97	149	719	442	299
Indústria de Transformação	13	48	439	215	147
Construção	71	97	245	193	134
Extrativa e SIUP ⁴	13	3	36	35	19
Serviços	534	-378	1.912	1.515	941
Total	644	-193	2.778	2.021	1.276
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	11,1	14,2	11,1	7,9	7,3
Média do ano	12,0	13,8	9,3	7,9	7,6
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	221,1	209,2	280,8	334,1	304,0
Importações	185,9	158,8	219,4	272,6	239,5
Balança Comercial	35,2	50,4	61,4	61,5	64,5
Moeda e Juros					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	4,50	2,00	9,25	13,75	11,75
Taxa de Câmbio – Variação (%)	4,0	28,9	7,4	-6,4	-3,3
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	4,03	5,20	5,58	5,22	5,05
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	-0,8	-9,2	0,7	1,3	-1,2
Juros Nominais	-5,0	-4,1	-5,0	-5,9	-6,0
Resultado Nominal	-5,8	-13,3	-4,3	-4,6	-7,2
Dívida Líquida do Setor Público	54,7	61,4	55,8	57,1	61,0
Dívida Bruta do Governo Geral	74,4	86,9	78,3	72,9	74,3

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. 1 O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. 2 Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. 3 Não considera a Construção Civil e o SIUP. 4 SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA GAÚCHA

	2019	2020	2021	2022	2023*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	3,0	-29,6	60,2	-45,6	19,8
Indústria	0,2	-6,1	11,2	2,2	-2,0
Serviços	0,8	-5,0	4,2	3,7	2,0
Total	1,1	-7,2	10,6	-5,1	2,5
Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)					
Em R\$	482,464	470,942	584,602	594,055	638,133
Em US\$ ²	122,282	91,317	108,362	115,018	127,599
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	0	1	7	3	2
Indústria	-6	0	47	29	12
Indústria de Transformação	-2	0	43	22	10
Construção	-4	0	5	7	2
Extrativa e SIUP ³	0	0	-1	0	0
Serviços	26	-43	90	68	40
Total	20	-42	144	100	54
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	7,3	8,6	8,1	4,6	4,6
Média do ano	8,1	9,3	8,7	6,1	5,0
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	17,3	14,1	21,1	22,6	19,7
Indústria de Transformação	12,5	10,4	14,1	17,5	16,1
Importações	10,3	7,6	11,7	16,0	14,6
Balança Comercial	6,9	6,5	9,4	6,6	5,2
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)					
	35,7	36,2	45,7	43,3	44,6
Indicadores Industriais (% a.a.)					
Faturamento real	3,0	-3,1	8,9	5,9	-3,7
Compras industriais	-2,7	-5,5	31,2	-0,5	-8,9
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	0,7	-4,5	5,7	-0,7	-3,0
Massa salarial real	-0,8	-9,0	5,3	10,9	3,9
Emprego	0,0	-1,9	6,7	5,9	-0,2
Horas trabalhadas na produção	-0,9	-5,5	15,2	8,4	-1,0
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	0,1	-4,7	12,9	4,1	-3,3
Produção Física Industrial⁴ (% a.a.)					
	2,5	-5,5	9,0	1,1	-3,3

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. 1 O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. 2 Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. 3 SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. 4 Não considera a Construção Civil e o SIUP.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Economia Brasileira: Foram modificadas as projeções para o PIB, medidas de Inflação, Taxa de câmbio e Selic.

Economia Gaúcha: Não houve alterações.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Unidade de Estudos Econômicos

Contatos: (51) 3347-8731 | economia@fiergs.org.br

Observatório da Indústria do Rio Grande do Sul | <https://observatorioidaindustriars.org.br/>